


Maria de Fátima Nunes*

View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you by  CORE

provided by Repositório Científico da Unive

ENTRE A J.E.N E O I.S.A.: UM EIXO COLONIAL NA POLÍTICA CIENTÍFICA DO ESTADO NOVO? ** FROM THE NATIONAL EDUCATION BOARD (JEN) TO THE SUPERIOR INSTITUTE OF AGRONOMY (ISA): LOOKING FOR THE NEW STATE SCIENTIFIC COLONIAL TRACES (PORTUGAL AROUND 1930-1933)

Abstract: The Laboratory of Colonial Agricultural and Technology, part of the High Institute of Agronomy (I.S.A.), Lisbon, was inserted into the “politics of scientific research and education” of the National Board of Education (J.E.N.) 1929-1936. From the role played by its Director – Carlos de Mello Giraldes – we can have an archeology of ideas on the role of colonial agronomy research and scientific practice as applied to economic development, in terms of competition and comparability of European. This paper opens perspectives on building scientific networks in Portugal in the first half of the 20th century, as well as pointing different mechanisms to achieve the public understanding of science agronomic, associated with the teaching of the I.S.A., present in international publications, taking a prominent place in scientific Congress. A case study that can open a debate on the existence of a (real) scientific policy for the country and its relationship with research institutes and higher education resulting from J.E.N.

Keywords: J.E.N / High Education Board; Scientific research Agronomy; Colonial Agronomy, Carlos de Mello Giraldes.

Palavras chave: Junta de Educação Nacional, Investigação científica em Agronomia, Agronomia Colonial, Carlos de Mello Giraldes.

* Professora do departamento de História da Universidade de Évora, investigador do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi); e-mail: mfn@uevora.pt

** This work is financed by funds FEDER through the Operational Competitiveness Factors Program (COMPETE) and national funds through FCT (Foundation for Science and Technology) by the project HC/0077/2009.

Entre o Instituto Superior de Agronomia e a Junta de Educação Nacional

Pretendemos entrar na prática científica do *Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial do Instituto Superior de Agronomia* (1918-1936), dirigido por Carlos Eugénio Geraldês (1878-?) localizado na Tapada da Ajuda, através de uma incursão pela documentação que o Arquivo Camões-J.E.N encerra sobre este assunto. A literatura oficial sobre questões coloniais em Portugal e estudos institucionais apontam o caminho que o Estado Novo soube criar organismos próprios para exercer a propaganda colonial: *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* (1936-1963)¹, para além de um conjunto de instituições de início de século XX que atravessaram a República e se mantêm até ao século XXI, veja-se o caso da *Escola de Medicina Tropical*, 1902, âncora para a Medicina e a Saúde Pública Tropical e respectivo Instituto². No âmbito deste projeto Augusto Fitas³ levanta o véu do tema da política colonial inserida na J.E.N, desde os seus começos, com a sinalização das figuras de Luís Carriço⁴, membro da Assembleia Geral da Junta de Educação Nacional, em 1929, assim como Agostinho de Campos⁵ ou ainda a figura de Lopo de Vaz Sampaio e Melo, representante da Escola Superior Colonial⁶.

Porém, a leitura da documentação em malha fina permite vislumbrar alguns detalhes sobre a fraca eficácia entre os grandes planos de interação J.E.N e mundo. Podia-se pensar que a junção de *agronomia e mundo colonial* – com forte intervenção de Rui Mayer, do Instituto Superior de Agronomia – poderia ter estabelecido um fio de ligação entre a investigação avançada da Europa na agronomia – especialmente na área da genética – e os territórios coloniais. Em tempo de construção de memória celebrativa do I.S.A. em 1954, Ruy Mayer lembrava:

¹ Cf. Instituto Investigação Científica Tropical (IICT). 2012: *Colóquio Internacional Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro. Livro de Resumos*. [<http://www.iict.pt>] (acedido 28:08:2012)

² Cf. Instituto de Higiene e Medicina Tropical [IHMT]. 2012: *Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical. A medicina tropical nos espaços nacionais, colónias e pós – coloniais (se. XIX e XX)*. [<http://encontro.b.iht.unl.pt>] (acedido 28:08:2012).

³ (FITAS, 2012); Cf. ainda (ROLLO, 2012). Para informação complementar sobre este botânico naturalista da Universidade de Coimbra ver (PORTO, 2005) e (MISSÃO, 2005).

⁴ Ver (CORREIA, 1939).

⁵ (CAMPOS, 1932, 1935, 1936) – Agostinho de Campos representava claramente da ideologia e doutrina colonial, claramente expressas nos textos aqui referenciados.

⁶ Ver (MELLO, 1937).

«[...] mas os níveis elevados da investigação só estão, como há pouco acentuei (p.6) ao alcance de “alguns raros apenas”. Não encontram estes como, a meu ver, seria para desejar, meios de pôr á prova as suas faculdades no nosso Instituto [I.S.A.], cujos recursos para trabalhos de alta investigação são quase inexistentes, visto que se achou conveniente divorciar a Investigação do Ensino. Mas um escol de agrónomos e silvicultores tem conseguido, graças à Junta de Educação Nacional e ao Instituto de Alta Cultura, frequentar laboratórios, estações experimentais e Universidades da Grã Bretanha, da Alemanha, da Suécia, dos Estados Unidos da América e [...] tem demonstrado a solidez da sua preparação pelos resultados que alcançou, entre eles e a obtenção de graus académicos que só à custa de muito trabalho e de muito merecimento se conquistam. Nomes de antigos alunos do Instituto são hoje citados, correntemente, em tratados e revistas de expansão e renome mundiais. [...] Assim é, também, que se desenvolveu a Genética, trazendo, através de especulações aparentemente de ciência pura, contribuições notáveis para a técnica do melhoramento da flora e da fauna económicas, constituindo um novo e fascinantes ramos de saber ...»⁷.

Da sua obra agronómica verificamos que sua estratégia científica foi muito marcada pela marca «Europa» numa hierarquização de saberes científicos a intervir no mundo da agricultura, cultor de um certo desenvolvimento agrário para o Portugal metropolitano, apesar de textos sobre a agricultura a ser desenvolvida em espaços tropicais, em jeito de relatório de missão de estudo que efectuou ao longo do seu percurso profissional⁸.

O acesso ao Arquivo Camões – fundo da J.E.N no âmbito do projecto FCT de História da Ciência permitiu fazer um *zoom* de malha de análise muito fina e encontrar um quadro de geração entre fim de Monarquia, atravessando a República e estando presentes em 1929 no âmbito da Junta, abrindo janelas de investigação sobre hipóteses de política científica e estratégias de investigação. Em 1934, no contexto da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, Agostinho de Campos fez questão de publicamente referenciar alguns dos pressupostos de orientação da J.E.N no quadro das instituições científicas do País:

⁷ (MAYER, 1954: 6-7) (sublinhado nosso)

⁸ Cf. (MAYER, 1916, 1924, 1929, 1928, 1948, 1954). Sobre o seu trabalho de agrónomo cultor da civilização clássica ver (FERREIRA, 2003).

«Temos ouvido falar muito [...] em modificações do regime do nosso ensino superior [...] promover [...] nas Faculdades de Medicina, alguns professores beneméritos pudessem aprofundar estudos de histologia, anatomia etc. [...] O Instituto Rocha Cabral, fundado em virtude do legado importantíssimo que o seu próprio título comemora, aí está consagrando-se com fruto a estudos biológicos desinteressados; e os sábios que nele trabalham têm a sua reputação internacional perfeitamente firmada [...] Mais recentemente recebeu a Universidade de Coimbra benefício notável, com o legado do benemérito Sá Pinto; e assim foi posta em condições de dotar melhor certos institutos ou serviços seus [...] Por sua parte criou e dotou o Estado o Instituto do Cancro, bem como a Junta de Educação nacional. Por este meio tem aplicado já cerca de cinco mil contas a bolsas de estudo fora do País, e a outras formas de promoção do progresso científico ou cultural [...] Por exemplo: o avanço da mecânica, da química e de outras ciências ou divisões da Ciência, tem-se feito, principalmente na Alemanha, à sombra de atividades e organizações industriais ou técnicas de colossal importância e poderio, que aqui faltam inteiramente [...] Outro aspeto: queremos que o nosso Império Colonial seja desbravado quanto possível com o nosso trabalho, o nosso dinheiro, o nosso sangue. E o nosso estudo para quando fica? O conhecimento científico da fauna, da flora, da geografia, da geologia, da climatologia das duas Áfricas Portuguesas, a revelação exata de todos os aspetos naturais desses imensos territórios, são necessários ao seu aprofundamento e, além disso, interessam à Ciência universal» [...] Parece-nos que, nisto só, se divisa já um programa vasto e urgente de organização de institutos científicos»⁹.

Na Europa de meados dos anos trinta do século XX, a questão colonial colocava-se com grande acuidade quer em termos de afirmação interna nacionalista, quer de imagem internacional no jogo de supremacia dos impérios coloniais por parte da Europa¹⁰. Foi, pois, com expectativas redobradas que analisámos meticolosamente a documentação da J.E.N, de uma pasta designada «Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial do Instituto Superior de Agronomia (1918-1926)»¹¹. Em síntese

⁹ (CAMPOS, 1935: 155-156; 158-159).

¹⁰ Cf. (NUNES e Lopes, 2013).

¹¹ (AIC: 1212, 25, 00 e seguintes) e (AIC: 2070,20). Tal como se tem vindo a indicar noutros textos, de ora em diante os documentos do Arquivo do Instituto Camões (fundo JEN) serão representados pelas iniciais AIC, a que se seguem quatro grupos de dígitos, separados por vírgula, representando: caixa, processo, documento e página.

trata-se de um conjunto de missivas e um relatório de produção científica colectiva; material burocrático que havia que «fazer falar», em função dos atores presentes. A existência de documentação que revelava a existência de um laboratório de tecnologia agrícola colonial poderia significar que a Junta tinha criado esta unidade de investigação para cobrir uma hipotética política científica de agricultura colonial a desenvolver nas regiões tropicais? E que áreas científicas se designavam por «coloniais» e quais as que já haviam adquirido a terminologia de «tropical»?

Uma questão que não vamos desenvolver aqui mas desde já temos que realizar a separação conceptual da separação de águas. O signo tropical era aplicado à medicina e à saúde pública. A agricultura/agronomia (tal como geologia, antropologia, geografia, arqueologia) entravam na terminologia de «colonial». Porém, um texto editado em 1933 – *Uma nova agricultura colonial intensiva e uma nova indústria*¹² – explicita que a “Sociedade Comercial e Industrial de Produtos Alimentares Tropicais havia sido constituída a 23 de Junho de 1933”, evidenciando a duplicidade de terminologia «colonial» e «tropical» em função da finalidade dos produtos oriundos de terras africanas ou asiáticas¹³.

Assim, como relacionar este dossier temático no mar imenso de documentação da J.E.N com o papel de Agostinho de Campos¹⁴ e as suas ideias sobre política ideológica colonial e as intervenções que se cruzavam com o seu tempo de membro diretivo da Junta?

Tenhamos presente que a J.E.N, para além de ter criado Institutos e Laboratórios, enquadrou instituições que já existiam e que já apresentavam trabalho no terreno, como o caso deste Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial do I.S.A. Recordemos um breve fio cronológico do desenrolar dos acontecimentos factuais para entendermos actores, instituições e práticas científicas, de registo internacional e aplicação a império territorial colonial. Lembremos a criação da Escola de Medicina Tropical, em 1902. Evoquemos a XVII secção do XV Congresso Internacional Medicina (Lisboa 1906): intitulada Medicina Naval e Colonial¹⁵. Citemos a existência do Jardim Museu Agrícola Colonial, a partir de 1906, já inserido no espaço institucional da I.S.A., assim como a existência desde 1929 do Museu Agrícola Colonial que em 1944 se vai fundir com o Jardim. Instituições diretamente

¹² Ver *Uma nova agricultura colonial intensiva e uma nova indústria*. S.C.I.P.A.T., Lisboa 1933, brochura de divulgação da fábrica de Benfca para produção de farinha de casca de banana.

¹³ (NOVA, 1933: 43-48).

¹⁴ (CAMPOS, 1932; 1935; 1936).

¹⁵ (PINA e Nunes, 2012: 133-148).

ligadas à figura polarizadora do Diretor Carlos de Melo Geraldês¹⁶. Por fim, quase como corolário pós Junta de Educação Nacional, temos que mencionar a criação da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, cuja existência e prática científica se desenrolou entre o período de 1936 a 1963. O rosto coletivo do Laboratório Tecnologia Agrícola Colonial do I.S.A. perfilava-se nas publicações agronómicas nacionais e internacionais; pautava-se pela participação com comunicações nos congressos científicos internacionais¹⁷, na presença em redes institucionais internacionais dos países europeus com impérios coloniais. A unidade de investigação encontrava-se ligada ao ensino de Agricultura Colonial inserindo na sua prática científica os estudantes, certamente os que se encontravam a trabalhar os temas da agronomia colonial, em Lisboa, dado que não temos registo de pedidos de missões às colónias ou de visitas realizada a qualquer das províncias ultramarinas. Os produtos agrícolas coloniais chegavam à Tapada da Ajuda e aqui eram trabalhados em bancada de laboratório, tendo os dos subsídios JEN desempenhado papel fulcral para a aquisição de materiais de investigação¹⁸; prática científica que permitia a elaboração de relatórios ou fornecer elementos para revista científica ou comunicação em congresso da especialidade¹⁹.

Para enquadrar toda esta actividade há que identificar os atores principais do Laboratório, perfeitamente nomeados e identificados na documentação do processo. Em primeiro lugar destaque para a figura do Diretor, Carlos de Melo Geraldês (1878-?), verdadeiro motor científico e de divulgação do trabalho do Laboratório. Devemos ainda indicar os nomes de José de Sampaio de Castro Pereira da Cunha Silveira, na qualidade de professor auxiliar, o mesmo cargo desempenhado por Cândido Pedro da Silva Duarte (1897-1970)²⁰ e ainda Frederico Carlos Vaz de Gouveia, preparador do Laboratório, figura fundamental para a obtenção dos

¹⁶ Para o público entendimento da agronomia colonial na Europa da primeira metade do século XX – em termos de potencialidades económicas e práticas dos espaços de climas tropicais – ver (GERALDES, 1902; 1912; 1914; 1925; 1934; 1935; 1936).

¹⁷ Ver (AIC:1212., 25).

¹⁸ (AIC: 1212, 25; 1270, 20).

¹⁹ Este ciclo aqui sucintamente apontado, desde a investigação em laboratório até à sua divulgação em publicações ou em congressos internacionais, encaixa-se nos objetivos da própria JEN que justificava os subsídios atribuídos ao Laboratório para «pôr o país a produzir ciência e divulgá-la nacional e internacionalmente».

²⁰ Obtém licenciatura pela I.S.A. em 1922 e especializa-se como Engenheiro Agrónomo Colonial em 1923, tendo desempenhado as funções de chefe do Laboratório de Tecnologia Colonial, além de professor. Foi ainda deputado na I Legislatura da Assembleia Nacional, tendo renunciado ao cargo em 1936, retornando ao seu papel de professor do Instituto.

resultados das experimentações e das fotografias obtidas e divulgadas nas publicações científicas deste Laboratório.

Carlos de Mello Gerales, uma autoridade científica

Nascido em tempo de monarquia, membro da Academia das Ciências em 1922, havia publicado em 1902 dois tipos de «Estudos». Um, intitulado *Estudos Galactopóésicos. Da variabilidade da secreção galactogenica. Dissertação inaugural*, publicada em Coimbra, impressa na tipografia da Casa Minerva, com 81 páginas, assumindo o carácter de dissertação da Universidade de Coimbra. Como nota de advertência pode ler-se na folha de rosto que “O Instituto não se responsabiliza pelas doutrinas expostas nesta dissertação de acordo com artigo 78º do regulamento de 8 junho 1898”, tratando-se de um texto datado de Covilhã, da Quinta do Pedregal, Julho 1902, com dedicatória aos pais, irmãos, amigos. Uma dissertação sobre leite de vacas, ovelhas, cabras..., sendo notória a abundância de referencias bibliográficas internacionais e a citação de autoridades do assunto com artigos publicados em revistas estrangeiras da especialidade. Os estudos económico-agrícolas – os lacticínios de Castelo Branco, também de 1902, poderá constituir uma versão de leitura menos académica da sua dissertação de Coimbra²¹. Terá sido neste ambiente da Universidade de Coimbra que se cruzou com Luís Carriço, emissário aos Jardins de Kew, em Londres, personalidade de prática científica em botânica, geologia, antropologia e etnografia, saberes necessários ao seu muito empenho nas missões coloniais, com várias viagens a Angola e Moçambique²², tendo (possivelmente) ajudado Gerales a olhar os horizontes africanos como laboratório de grandes potencialidades agrícolas e económicas, em contexto internacional? Não temos dados neste momento para dar uma resposta assertiva, mas o facto é que 1912 Carlos de Mello Gerales, entre o tempo da Monarquia final e a implantação da República faz publicar um relatório muito pormenorizado de viagem realizada como missão oficial, com uma retórica científica internacional muito marcada. Consideramos que este texto tem uma importância matricial para entender o perfil do Diretor do Laboratório de

²¹ Em separata do *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 1935, vol. VII, Carlos de Mello Gerales faz questão de apresentar «Trabalhos do Autor», organizados cronologicamente; o ponto de partida é exactamente estas duas publicações de 1912, focadas em temas de agricultura e economia rural da sua zona de origem. Ver (GERALDES, 1935).

²² Ver (CORREIA, 1939: 5 a 12).

Agricultura e Tecnologia Colonial do I.S.A. Vejamos com algum detalhe a análise ainda que breve deste texto.

Em primeiro lugar o Autor apresenta-se como «Carlos Eugenio de Mello Geraldês», lente catedrático da secção colonial do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; antigo agrónomo do distrito de Benguela; sócio da associação científica internacional de agronomia colonial; sócio da associação dos químicos da indústria açucareira e de destilação de Paris; sócio do Instituto colonial Marselhez; sócio da Sociedade Geografia de Lisboa, da Sociedade de Química Portuguesa, da União colonial Portuguesa etc... Uma longa apresentação de curriculum profissional para encabeçar a publicação intitulada *Instituições de Fomento Colonial Extranjeiras. Relatório de uma missão oficial*, editada sob os auspícios da Sociedade de Geographia de Lisboa, na tipografia Universal. Trata-se de um longo relatório (cento e noventa e sete páginas) com indicação dos vários locais visitados durante a missão, uma ampla cartografia científica que contemplou o Jardim das plantas de Paris; o jardim de aclimação de Paris; o jardim botânico de Bruxelas; o jardim zoológico de Anvers; o jardim zoológico de Rotterdam; o jardim zoológico de Haya; o jardim zoológico de Amsterdam; o jardim zoológico de Londres, além da secção de zoologia e botânica do Museu Britânico. A missão desenvolveu-se entre Agosto a Outubro de 1910 e teve como objectivo analisar as potencialidades da agricultura colonial, a partir de visitas às sedes científicas dos espaços agrícolas coloniais, penetrando no sistema de exploração colonial da França, da Bélgica, da Holanda, da Inglaterra, ou seja explorando a vertente prática do comparativismo de estudos coloniais práticos, aplicados ao desenvolvimento da agricultura.

Traça os contactos e o relato minucioso de cada estadia e das instituições visitadas, assim como dos orçamentos necessários para cada um dos locais visitados ter viabilidade. Inclui matrizes de sistema organizativo e informativo, fotografias dos locais: o ar de laboratório de várias das figuras, além das cadeiras de agricultura colonial e respectivos programas. É dado um grande destaque aos Museus Coloniais – grandes edifícios, grandes galerias, grandes exposições, especialmente Museu do Congo. Para Inglaterra fica o fascínio pela organização do Instituto Imperial, que remonta a 1887 a que se encontra anexado o jardim botânico de Kew! Na parte das considerações finais destacamos o seu sonho....

[Se é certo que] «[...] possuímos o Museu da Sociedade de Geografia [...] Porém este museu, se bem que rico especialmente pelo que diz respeito a documentos históricos, geográficos e etnográficos, não está evidentemente, organizado de forma a desempenhar as funções que hoje se exigem aos museus coloniais

[...] Quanto ao Museu Agrícola Colonial, cuja falta cada vez se está sentindo mais, não resta duvida alguma que ele deve constituir uma dependência da Secção colonial do I.S.A., pela mesma razão que o é já o Jardim Colonial, visto que não se pode compreender um eficaz ensino das culturas coloniais, sem um bom jardim colonial, também pelas mesmas razões, não se admite um profícuo ensino de tecnologia Agrícola colonial, sem um bem organizado Museu Agrícola Colonial»²³.

Sonho a cumprir: «Assim, julgo que uma das formas de realizar este *desideratum*, poderia ser encarregar da regência do curso de Higiene colonial e assistência médica, o professor de Higiene colonial da Escola de Medicina Tropical ou da Escola Colonial e do ensino da Etnografia, o professor da cadeira de geografia e etnografia colonial desta última Escola» evocando o «*esprit scientifique*» de Le Chantelier, chefe do partido colonial francês²⁴. O que significava, no seu entender, que a zona colonial deveria fixar-se no I.S.A., erguendo-se a partir da linha colonial do eixo de Belém – Junqueira!

Uma missão que decerto foi estando presente ao longo da sua vida científica e profissional, dentro e fora do Laboratório. Os resultados colhidos na viagem pelos Jardins e Museus Tropicais possibilitaram, em Londres, 1914, a apresentação de um estudo sobre os algodões nas colónias portuguesas no III *Congrès International d'Agriculture Tropicale*.

Uma comunicação que ia ao encontro do espírito do Congresso, dado que o Prof. C. de Mello Geraldês, apresentado como «*Directeur du Laboratoire de Technologie Coloniale et du musée agricole colonial de l'Institut Supérieur d'Agronomie de Lisbonne*» expôs em cem páginas a sua comunicação. «*Contribution pour l'étude des cotons des colonies portugaises*»²⁵.

Entre esta fase de internacionalização científica da agricultura colonial, já referenciada com o Laboratório de Agricultura e Tecnologia Colonial do I.S.A. e os relatórios e missivas trocadas com a Direcção da J.E.N, temos que lançar um último olhar retrospectivo sobre as suas obras publicadas que o próprio faz questão

²³ (GERALDES, 1912: 120,121,122).

²⁴ Ver (GERALDES, 1912:125-126).

²⁵ (GERALDES, 1914). Salientamos o facto de ser editado em francês, informação detalhada sobre a missão desenvolvida em 1910, viagem fundamental para adoptar metodologias para o LTC-I.S.A.; ilustrado com vários gráficos estatísticos, produção de algodão/nomes dos produtores; do aparato informativo constam ainda fotografias – Angola e Moçambique – de campos de algodão e das fibras das plantações de St.^a Tereza do Luacho, Catete, Sta Tereza, Luacho, Cubal (Angola); de Moçambique: Companhia de Nyassa, da Zambézia.

de apresentar como elementos informativos da contracapa dos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, em meados da década de trinta do século XX português e europeu!

De acordo com a lista organizada e publicada por Geraldês percebe-se a existência de vários ciclos temáticos que cobrem as suas publicações de internacionalização científica.

Antes da grande viagem de 1910²⁶ temos que considerar a existência do ciclo dos relatórios oficiais das missões de estudo a Benguela, todos publicados na *Revista Agronómica* (1903-1905), para além de outros contributos para *Portugal Agrícola* (1905-1906). A partir de 1912 temos a colaboração no *Journal d'Agriculture Tropicale* (1912) e várias edições em Lisboa, mas em língua francesa. A década de vinte marca o aparecimento da colaboração na *Revue de Botanique et d'Agriculture Coloniale* (1925 a par de diversos textos publicados em Paris nessa mesma década e na década seguinte. Ponto marcante a participação no *III Congrès International des Industries Agricoles*, em 1934, um ano particular para o contexto português e as questões coloniais, já no âmbito do Estado Novo. E perante a J.E.N? Qual a estratégia usada por Carlos de Mello Geraldês como rosto público do Laboratório de Agricultura e Tecnologia Colonial?

Legitimidade científica: publicações, práticas científicas no I.S.A.

A partir da (escassa) documentação depositada no Arquivo do Instituto Camões²⁷ procuramos reconstruir fios de ligação entre o Laboratório (muito centrado na estratégia científica e de investigação de Geraldês e da sua equipa) e as solicitações pedidas à J.E.N que se traduziram por alguns (pontuais) apoios financeiros, pouco relevantes se olharmos para o relatório enviado com a lista das publicações da equipa, com destaque para as internacionais, chegando mesmo a indicar-se o impacto científico que a publicação havia adquirido em contexto internacional²⁸.

Em 26 de Janeiro de 1933 o diretor do Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial envia ao Secretário Geral da Junta de Educação Nacional um ofício no

²⁶ (Geraldês, 1912).

²⁷ Ver nota 13.

²⁸ (AIC: 1212, 25, 009, 1 a 4).

qual indica ter a «honra de enviar as listas relativas ao pessoal científico deste Laboratório bem como dos trabalhos por ele publicados até esta data, acompanhada esta última de algumas referências e citações»²⁹, tendo anteriormente salientado o facto de o Laboratório já lhe ter sido «oficialmente conferida a categoria de Instituto de Investigação Científica»³⁰, facto que possibilita o pedido de um apoio de 30.000 escudos para a aquisição de material, realizado em 27 de Março de 1930³¹. Material de mobiliário, realização de algumas obras e terminar a parte de instalação do novo laboratório. Justificação?

A estreita parceria entre o papel do laboratório e o ensino da Agronomia Colonial no I.S.A., dado que:

«[...] neste laboratório trabalha não só constantemente o seu pessoal, como executam os trabalhos práticos os alunos da cadeira de Tecnologia Agrícola Colonial, do curso complementar de química açucareira e dos óleos coloniais e do tirocínio colonial e é nele também que alguns alunos, preparam os seus relatórios finais de curso»³².

Mas apesar das contingências e das «deficiências apontadas» muitos trabalhos de relevo e impacto internacional já foram realizados neste espaço de investigação e de ensino, reforça o Diretor, ainda de acordo com o documento anteriormente referenciado.

Porém, a realidade revelou-se mais dura! Na margem do ofício, a direcção da J.E.N responde que «a Junta de Educação Nacional tem já esgotada a verba orçamental, pela qual poderia ter atendido este pedido no ano económico corrente no caso da Comissão Executiva considerar digno de deferimento», lavrado pelo punho de Simões Raposo³³. A Comissão Executiva em 30 de Abril concordou com a informação dada pelo Secretário, de acordo ainda com as notas manuscritas à margem do requerimento que temos vindo a seguir.

Resultado? A existência de um parco número de documentos que atestam a existência de um subsídio de 2.000 escudos, no ano económico de 1932-1933³⁴, off-

²⁹ (AIC: 1212, 25, 005, 1)

³⁰ (AIC: 1212, 25, 001, 1 e 2)

³¹ (AIC:1212, 25, 000, 01). 28 Março 1930, capa de ofício.

³² (AIC: 1212, 25, 001, 1). 27 Março 1930 ofício de diretor.

³³ (AIC: 1212, 25, 001, 1). Despacho manuscrito de Simões Raposo.

³⁴ (AIC: 1212, 25, 006, 1).

cio que é acompanhado dos recibos/facturas de duas firmas que venderam material para o Laboratório³⁵. Neste dossier do Laboratório existem outros documentos que sempre fazem referência ao subsídio de dois mil escudos, como tendo sido o único montante que a J.E.N financiou. Porém, Geraldês no final de 1933-1934³⁶ não deixa de explicitar que apesar que o dinheiro ter sido canalizado para compra e material – como as facturas comprovam – muito se fez:

«No ano económico findo continuou-se e conclui-se o estudo tecnológico de uma série de amostras de amendoim de Angola, cujo estudo ainda ninguém tinha feito até hoje. Oportunamente será publicada nos Anais do Instituto Superior de Agronomia uma memória sobre este assunto. Iniciou-se o estudo químico das copras da nossa Índia e de Timor. Efectuou-se o estudo químico e tecnologia de uma série de amostras de café desta da colónia de Cabo Verde. Depois de estudo de uma nova série de amostras de cafés desta província será publicada uma memória a tal respeito também nos mesmos anais»³⁷

Como vemos a prática científica deste Laboratório evidenciava uma dinâmica muito grande, apesar do grande desequilíbrio entre o apoio solicitado em 1930 e o apoio recebido no ano económico de 1932-1933³⁸. É neste contexto de horizontes com pouco financiamento que temos que entender que haveria «mundo de prática de investigação» para além dos apoios da Junta de Educação Nacional aos Laboratórios de investigação, desejável com extensão para o ensino universitário³⁹. A partir da produção bibliográfica decorrente da actividade desenvolvida no laboratório de Geraldês é visível uma clara linha de actuação em favor da internacionalização e de debate de ideias, propostas, resultados de agronomia colonial.

A materialização de promessa do Diretor à direcção da J.E.N relativo ao envio das publicações do grupo de agrónomos do Laboratório traduz-se na elaboração de

³⁵ Encontram-se o recibo da firma J. A. Ribeiro & C^a. Instituto de Química, Cirurgia, Topografia. Maquinas, aparelhos e material fotográfico (AIC: 1212, 25, 006, 4) e o de Dr. Hugo Mastbaum. Engenheiro Químico, R. Avelar Brotero, Belém (AIC: 1212, 25, 006, 3).

³⁶ Em 1933-34 o director do Laboratório volta a solicitar apoio financeiro à JEN; obtém 1.500\$00, os quais, novamente, canalizou para aquisição de material de laboratório (AIC: 1270, 20).

³⁷ (AIC:1212, 25, 006, 1).

³⁸ Confirmando esta hipótese ver ainda os documentos (AIC:1212, 25, 009, .3 a 5).

³⁹ Tenha-se em linha de conta os apoios recebidos nos anos económicos de 1932-33 e 1933-34 gastos em material de laboratório (AIC: 1212, 25; 1270,20).

nove páginas dactilografadas⁴⁰, com a referência bibliográfica de toda a actividade de edição colectiva do grupo, desde 1910 até ao ano de 1933, incluindo amplos dados explicativos sobre o impacto os trabalhos destes actores científicos tiveram no contexto das publicações internacionais no domínio especializado da agricultura colonial, da prática de uma agronomia para as regiões tropicais dos impérios europeus⁴¹. E para fechar o círculo de demonstrar a articulação entre a investigação desenvolvida no Laboratório e a prática do ensino no Instituto Superior de Agronomia, o Diretor termina este longo relatório explicativo das publicações existentes com a seguinte nota:

«Além dos trabalhos indicados nesta lista, muitos alunos do curso de Agronomia Colonial do Instituto Superior de Agronomia, têm preparado as suas teses e relatórios finais de curso, no Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial, a maior parte porém não foram impressos. Mas o resumo das análises apresentadas nessas teses e relatórios encontra-se no trabalho citado nesta lista sob o nº 24, com a indicação dos nomes dos alunos e dos títulos dos trabalhos»⁴²

Um documento que merece um labor específico para melhor entender como Carlos Geraldês de Mello soube, desde sempre, articular a produção dos textos científicos com a sua divulgação em contexto europeu, de modo que os resultados do Laboratório fossem conhecidos no universo dos congressos internacionais, de forma que chegassem ecos da prática científica portuguesa aos fóruns dos países europeus coloniais: França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha

Em 1935⁴³, ou seja após o suporte temporal das suas missivas trocas com J.E.N (como adiante veremos em detalhe) Carlos de Melo Geraldês tem a preocupação de evidenciar a sua produção científica. Um longo e descritivo périplo desde 1902, englobando os Relatórios oficiais de missões de estudo Benguela (plasmados na colaboração na *Revista Agronómica*), até às participações em Congressos diversos internacionais, para além de publicações, nacionais e internacionais até 1935. Haveria apoios às publicações internacionais? Ou apoio à edição das revistas de referência agronómica no I.S.A.? No quadro da J.E.N poderemos falar em política científica,

⁴⁰ (AIC: 1212, 25, 005, 1 a 9).

⁴¹ Explicações invulgares para a época, dado que se fez a recolha das citações, recensões que os trabalhos do Laboratório tiveram nas publicações e sociedades agronómicas coloniais europeias.

⁴² (AIC: 1212, 25, 005. 9).

⁴³ (GERALDES, 1935).

ou pelo menos em planos de acção científica colocar os resultados da agronomia colonial desenvolvida no âmbito do Instituto como um motor de política científica? E a participação em Congressos Científicos, em que medida complementavam esta estratégia de edição ou eram parte integrante da rede de publicações que o grupo de Geraldês consegue estabelecer em termos europeus? O **QUADRO 1** referencia o conjunto de eventos científicos e culturais em que estiveram presentes como comunicantes o grupo do Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial.

Uma leitura breve permite identificar o périplo geográfico centrado, sobretudo, em Paris, e a coincidência de fazer ocorrer no mesmo local e na mesma data Exposições Coloniais e Congressos Científicos associados à temática⁴⁴, polarizando a atenção do público e da comunidade científica para a concentração de eventos e de divulgação de novas propostas, exibição da potencialidade de materiais agrónomos e, ao mesmo tempo, entrosar a ideologia científica colonial com o estandar-te nacionalista do colonialismo numa Europa em tempo de afirmação de Impérios Coloniais. Uma estratégia que também foi utilizada pelo Estado Novo e pela prática científica de organizar Exposições e Congressos que coincidissem no tempo, no local e sobretudo no tema, como sucedeu com o ano de 1934, quando já se preparavam os 10 anos da Revolução Nacional⁴⁵; mas sobre esta perspectiva específica de congressos de 1934 já não há memória documental das relações institucionais entre a J.E.N. e o Laboratório da I.S.A.

QUADRO 1
Participação da equipa do L.T.A.C./I.S.A. em Congressos, e Exposições Coloniais, nacionais e internacionais. Lista obtida a partir das referências documentais trabalhadas

Ano	Designação Oficial	Local
1911	Congresso International de Borracha	Londres
1914	III Congrès International d'Agriculture Tropicale	Londres
1925	Congresso Ass. Luso_ Espanhola Progresso Ciencia	Coimbra
1930	Congrès International d'Agriculture Tropicale	Anvers
1930	III Congresso Colonial Nacional	Lisboa
1931	Congrès International des Oléagineux	Paris
1931	Congrès International de l'Enseignement Technique d'Outre-Mer	Paris

⁴⁴ (NUNES, 2012).

⁴⁵ Muitas das publicações já exibem o selo comemorativo oficial da memória celebrativa de 1926-1936.

1931	Congrès International de la Société Indigene	Paris
1931	III Congrès International des Industries Agricoles	Paris
1931	VI Congrès International d'Agriculture Tropicale	Paris
1931	Exposição Colonial Internacional de Paris	Paris
1932	Congrès International de l'Enseignement Agricole	Roma
1934	I Congresso de Agricultura Colonial	Porto
1934	I Exposição Colonial Portuguesa	Porto
1934	I Congresso de Antropologia Colonial	Porto
1939	VIII Congrès International d'Agriculture Tropical e Subtropical	Tripoli

O Porto será a cidade que organiza e se torna palco das festividades para o ano de 1934; aí se realiza o *Primeiro Congresso de Agricultura Colonial*, sob a alçada institucional do Instituto Superior de Agronomia e do Museu Agrícola Colonial, ou seja uma forma de notabilidade pública e científica de Carlos Geraldês. Nesse mesmo ano teve lugar igualmente o *I Congresso de Antropologia Colonial* – onde pontuou a figura de Mendes Correia e da Sociedade de Antropologia do Porto – e ainda o *leit-motif* de toda esta azáfama celebrativa: a *I Exposição Colonial Portuguesa*, encerrada com cortejo histórico etnográfico a tempo de receber os participantes do recebeu o *III Congresso Internacional de Historia da Ciência*.⁴⁶, enquadrado por um amplo e difundido desfile histórico colonial, realizado ainda a tempo de fazer as honras de recepção aos congressistas. Estes factos ajudam a entender as múltiplas combinações entre Ciência, Cultura, Colonialismo e princípios doutrinários da J.E.N, mesmo que aparentemente ela esteja ausente enquanto instituição visível ou protagonista.

Se quisermos perspectivar a J.E.N e o Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial do I.S.A. – sob o signo de 1934 – poderíamos esperar apoios, incentivos, missões financiadas anteriormente para apresentar resultados. Apoio à vasta lista de publicações do grupo do laboratório; mas temos apenas alguns vestígios documentais para apoio à aquisição de material de laboratório e não para incentivo ou subsídio aos eventos científicos sob o signo de 1934.

Poderemos dizer que 1934 foi um ano diferente, um ano de encubar novas directrizes na J.E.N e para o País? Registam-se viragens na J.E.N⁴⁷, iniciam-se os pre-

⁴⁶ (NUNES, 2009).

⁴⁷ Cf. (ROLLO, 2012) e ainda os textos inseridos neste livro, especialmente de A. Fitas e de J.P. Sousa Dias.

parativos para a celebração quase sagrada dos «10 Anos de Revolução Nacional» (1926-1936), sem dúvida tópicos para a afirmação ideológica do Estado Novo e dos arautos do regime ...

Nesse ano de 1934 a equipa de Carlos de Melo Geraldès esforçou-se por evidenciar que funciona como uma grupo de investigação e de ensino, fazendo das suas comunicações um verdadeiro trabalho de público entendimento da agronomia colonial e do seu impacto e importância (económica, agrícola, ideológica) para a Europa entre guerras, para uma Europa afectada pela crise financeira de 1929⁴⁸. Afinal vemos o empenhamento científico de uma pequena equipa de investigação: um diretor, dois professores auxiliares e um preparador, não esquecendo o capital humano e científico dos alunos de Agronomia Colonial que a partir da investigação instalada no Laboratório elaboravam relatórios para progredir no percurso académico decorrente do ensino superior existente na I.S.A. A prova deste esforço e desta pública mostra de trabalho neste ano de 1934 encontra-se traduzida na apresentação e edição de comunicações como grupo de investigação, textos que evidenciam a existência clara de uma identidade científica, a da agronomia colonial, internacional, investigada e teorizada em espaço europeu.

Em primeiro lugar registemos o contributo de Carlos Eugénio Geraldès no Primeiro Congresso Colonial do Porto⁴⁹ que se apresentou como «antigo agrónomo do distrito de Benguela. Professor e Director do Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial no Instituto Superior de Agronomia, Director do Museu Agrícola Colonial»⁵⁰. Um tese, um estudo comparativo do uso do azeite de palmeira, fazendo do texto um pretexto para apresentar um verdadeiro aparato de referências internacionais, de 1933 e de 1934⁵¹, evidenciando quão próximo dos debates científicos se encontrava o seu pensamento e o seu trabalho. Rigor e característica que vão ao encontro do tipo de informação que os seus Relatórios de actividade para a Direcção da J.E.N. haviam evidenciado, como já foram referenciados. E para fazer

⁴⁸ (FREIRE et al., 2011: 375-384).

⁴⁹ (GERALDES, 1934).

⁵⁰ (GERALDES, 1934: folha rosto).

⁵¹ Geraldès no texto e em nota referencia: Wildemann et Ledoux (1933), *Bul. Cercle Bot. Congolais*, T. I; Fasc: 3; Auguste Chevalier (1934), «La patrie des divers elaeis, les espèces et les variétés», *Revue Bot. Appl. Et d'Agr. Tropicale*, nº 151, além de citar *The Malayan Agricultural Journal*, (1934), vol. XXII, nº 3-4 e *Der Tropenpflanzer* (1933) nº 3 para sustentar os seus pontos de vista de defender a agricultura da África tropical, em detrimento da América tropical, de modo a haver pronta execução para aproveitar o óleo de palmeira de Angola e Guiné, de modo a evitar que o óleo do Oriente suplante e faça colocar em perigo as nossas colónias.

sair do círculo fechado dos congressos faz publicar no ano seguinte nos *Anais do Instituto Superior de Agronomia* a «Tese apresentada ao 1º Congresso de Agricultura Colonial» subordinada à defesa das reservas naturais integrais⁵². Outro dos temas que sob o ponto de vista científico e cultural foi cultivando ao longo das suas leituras e contactos de sociabilidade científica. Assim afirma ter conhecimento do que o «Office International pour la protection de la nature» com sede em Bruxelas tem desenvolvido em termos de congressos internacionais (Paris 1931) ou a conferência internacional para protecção da flora e da fauna africanas, de Novembro 1933. Nestas informações é notório que evidencia que conhece pessoalmente os autores citados e a sociabilidade científica referenciada, citando o texto sob de E. de Wildeman, «protection de la nature, protection de l'agriculture. Les problèmes qu'elle soulèvent», *Inst. R. Col. Belge. Bu. des séances.* – IV: 1933: 427»⁵³.

Mas Geraldês não se encontrava sozinho neste espaço portuense tão emblemático, no ano de 1934. Temos que ter em linha de conta as contribuições dos seus colaboradores e estudantes que fazem as referências bibliográficas e de citação à Escola de Agronomia Colonial internacional na qual Geraldês se inseria desde a primeira década do século XX, como é visível nas várias comunicações apresentadas pelos membros do I.S.A.⁵⁴. Se Lopes compara os dados de Geraldês com os do Instituto Agronómico de Campinas no Brasil, apoiando a sua «Tese» em quadros quantitativos que ilustram a necessidade de melhorar a produção café de Angola, já Carvalho professor auxiliar exalta as bases que proporcionaram o seu estudo: «o Jardim colonial e o Herbário», anunciando que os resultados desta investigação serão publicadas no *Boletim da Sociedade Broteriana*. Um texto que evidencia e publicita a rede de instituições de investigação envolvidas: Instituto Botânico de Coimbra; Instituto Botânico da Universidade de Lisboa; Instituto Botânico da Universidade do Porto; Secção Botânica do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa; Herbário do Jardim Colonial, anunciando que «os resultados dos estudos devem ser publicados, conforme se forem obtendo, possivelmente, no *Boletim da Sociedade Broteriana* ou em publicação especial do Jardim Colonial»⁵⁵. Por seu lado Martins, estudante do I.S.A. e do Laboratório – assim se apresenta – tem como objectivo apresentar o estudo sobre *O café de «Novo Redondo» atacado*

⁵² (GERALDES, 1935).

⁵³ (GERALDES, 1935: 6).

⁵⁴ (LOPES, 1934); (MARTINS, 1934a, b); (RIBEIRO, 1934); (CABRAL, 1934); (SANTOS, 1934); (VASCONCELOS, 1934)

⁵⁵ (CARVALHO, 1934: 8).

pele *Stephanoderes Hawpei*? Numa linha de continuidade com o trabalho e o método da «escola» de Carlos de Mello Geraldês⁵⁶.

Mas a ligação científica – e a mostra de respeito e veneração – pelo Diretor do Laboratório faz-se sentir igualmente em nacos de prosa narrativos da memória do espaço da Ajuda. Por exemplo, é útil lembrar as autoridades presentes que o «O Jardim Colonial de Lisboa, criado em 1906 e remodelado em Maio de 1919, depende pedagogicamente do I.S.A.. Pela organização de 1919 é-lhe atribuída, em primeiro lugar, uma função de assistência, um tanto material, à agricultura das Colónias (fornecimento de sementes, plantas seleccionadas etc.) que, segundo o nosso modo particular de ver, compete presentemente às Estações Experimentais das Colónias»⁵⁷, fazendo intervenção pública sobre a necessidade de o Jardim Colonial ter de ser ponto obrigatório de tirocínio a todos os agrónomos que vão trabalhar agricultura colonial. É ainda neste registo de defesa dos interesses da agricultura colonial, com base em argumentação agronómica e não de argumentos de direito histórico, que Cabral⁵⁸ elaborou uma memória de quarenta e nove páginas (contrastando com o tamanho da maior parte das comunicações) subordinada ao tema *elaeis guineensis jacqna* qual defende que os produtos das nossas colónias do Oeste africano têm que estar preparadas para enfrentar a concorrência das Índias Neerlandesas, ponto de vista alicerçado em abundantes referências de literatura científica, remendo em primeiro lugar para os trabalhos de Carlos de Mello Geraldês⁵⁹.

Em síntese, podemos afirmar que a presença dos comunicantes do Laboratório do I.S.A. tinham como objectivo, liderados pelo seu diretor científico, que do Congresso pudessem sair uma mensagem clara para o Governo sobre a necessidade de renovar a rede de ensino agronómico colonial, devendo ser entregue uma «moção» ao Ministro das Colónias e da Instrução Pública, no final como forma de pressionar as autoridades políticas para a necessidade de reavaliar e agilizar a política científica para a agricultura colonial na década de trinta do século XX, de certa forma simbolizada na alocução inaugural a cargo de José de Penha Garcia⁶⁰, *O espírito agrário e a colonização*, na qualidade de diretor da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

⁵⁶ (MARTINS, 1934 a).

⁵⁷ (SANTOS, 1934: 3).

⁵⁸ (CABRAL, 1934).

⁵⁹ (CABRAL, 1934: 4)

⁶⁰ José Penha Garcia, Conde de Penha Garcia, havia já realizado uma intervenção no I Congresso Nacional Colonial, 1930 sobre «assistência económica aos indígenas».

Agricultura colonial e científica ... na encosta da Ajuda, Lisboa

O Laboratório de Tecnologia Colonial do Instituto Superior de Agronomia teve a sua existência num momento anterior à criação da Junta de Educação Nacional. Percecionámos algumas das diretrizes de (uma possível) prática de investigação colonial no organismo criado em 1929 assim como auscultar a importância que a vertente de colonialismo teve nos primeiros anos de existência da J.E.N. O meio de operacionalidade para esta estratégia de hipóteses caracterizou-se por fazer a mediação entre a documentação existente sobre o Laboratório no Instituto Camões, sobre este tema muito escassa em termos numéricos, mas bastante profícua em termos qualitativos e de abertura de perguntas e abrir outras portas de investigação, em outros fundos.

O contacto com o pensamento e a obra dos seus atores científicos – sob a direção de Carlos de Mello Geraldês – rasgou alguns horizontes de público entendimento sobre o que poderia ser a política de investigação de agronomia colonial, a partir de um laboratório fixado na Metrópole, no contexto da prática agronómica desenvolvida pelo Instituto de Ruy Mayer, na senda de uma internacionalização europeia, não perdendo de vista os horizontes agronómicos dos Estados Unidos da América, que haviam sido palco de missão científica nas vésperas da I Guerra Mundial⁶¹. Este cunho de construção de conhecimentos em rede, a articulação entre a investigação de laboratório – liderada por um cientista profissional – e o ensino superior caracterizou a matriz dos objetivos do funcionamento do Laboratório de Tecnologia Colonial que nasceu antes da J.E.N e que soube sobreviver e evidenciar o seu trabalho para além da verba de «dois mil escudos» no ano económico de 1932-1932 e ainda a quantia de «mil e quinhentos escudos» em 1933-1934.

Então, o nosso interesse por este «estudo de caso» centra-se fundamentalmente em vislumbrar traços de alguma estratégia científica, de investigação teórica e de aplicação prática para um território altamente valorizado pelo contexto ideológico e político de onde emergiu a J.E.N, entre 1929 e 1936, como os textos de divulgação doutrinária de Agostinho de Campos claramente evidenciam. Tenhamos em conta que a Junta não criou um laboratório de investigação para os «assuntos» coloniais diretamente relacionados com missões de exploração científica no campo da agronomia. Enquadrou e deu andamento burocrático às missivas do Laboratório de Agricultura Colonial – Carlos Geraldês – e a partir destas missivas trocadas podemos

⁶¹ (MAYER, 1916, 1924, 1954)

entender alguns dos fios condutores que o corpo docente do Instituto Superior de Agronomia concebia para a prática de investigação da agronomia colonial, a partir de um espaço de saberes e de atividade científica fixada na capital do Império, em estreita conexão com a comunidade científica internacional.

O uso da retórica do «saber é poder», patente no detalhado relatório das publicações científicas do grupo de investigação do Laboratório, não foi consequente, dado que nem a verba solicitada em 1930 foi concedida (trinta mil escudos) nem a J.E.N traçou planos de crescimento e utilidade prática para as sinergias que estavam depositadas – e reconhecidas internacionalmente – no espaço experimental da encosta da Ajuda. Mas, o ano de 1934 trouxe a possibilidade de o grupo de Carlos de Mello Geraldês estar presente e vivo nos vários acontecimentos de signo «colonial» que se desenvolveram nesse ano especial do Estado Novo. Porém, a historiografia portuguesa, mesmo a que se desenvolve recentemente, ainda não integra com naturalidade as vertentes de cultura científica e o seu papel na sociedade portuguesa. O caso dos congressos científicos de 1934 pode ser aqui entendido como um campo a ser levado em linha de conta no desenvolvimento das geografias e das cartografias temáticas da comunidade científica na Europa entre Guerras.

Em termos de prática de investigação deste projeto este estudo demonstrou-nos a necessidade de cruzar o peso do arquivo específico da J.E.N – inserido no Instituto Camões – com outras referências, com outros circuitos internos e externos de investigação. Neste caso a agronomia colonial possibilitou compreender os fios de ligação entre épocas politicamente diferenciadas, com elos de ligação muito vivos e atuantes, como se primados científicos e institucionais estivessem num limbo situado num além dos contornos político-ideológicos de Monarquia, República e Estado Novo. O itinerário científico e profissional do Diretor do Laboratório prova este princípio, evidenciando diferentes articulações que ao longo da primeira metade do século XX ele procurou fazer no plano internacional dos saberes de agronomia colonial ou de agricultura a aplicar às regiões tropicais, em benefício do desenvolvimento da economia nacional no concerto das economias europeias da época.

A agricultura colonial inserida no espaço do Instituto Superior de Agronomia, desde o início do século XX, funcionou como uma janela aberta para as redes de comunicabilidade científica europeia, no que toca ao campo das potencialidades de investigação e de desenvolvimento agrícola da agronomia colonial, numa perspetiva global, ou seja de entender as relações entre a agricultura e a agronomia, a antropologia e a etnografia, a botânica e a geologia. Os sinais deste esforço encontram-se nas publicações do laboratório, mas a J.E.N parece não ter dado grande relevo a este

esforço de internacionalização e de investimento colonial agronómico, exercitado no espaço metropolitano e enquadrado no ensino superior.

Talvez um sinal que em breve haveria um divórcio entre investigação e ensino superior na linha programática de uma ideia para a investigação em Portugal, mote que Ruy Mayer viria a evidenciar em tempo de comemorar os 100 anos do Ensino Superior Agrícola em Portugal:

«[...] os níveis elevados da investigação só estão, como há pouco acentuei ao alcance de “alguns raros apenas”. Não encontram estes como, a meu ver, seria para desejar, meios de pôr á prova as suas faculdades no nosso Instituto [I.S.A.], cujos recursos para trabalhos de alta investigação são quase inexistentes, *visto que se achou conveniente divorciar a Investigação do Ensino*. Mas um escol de agrónomos e silvicultores tem conseguido, graças à Junta de Educação Nacional e ao Instituto de Alta Cultura, frequentar laboratórios, estações experimentais e Universidades da Grã Bretanha, da Alemanha, da Suécia, dos Estados Unidos da América e [...] tem demonstrado a solidez da sua preparação pelos resultados qua alcançou, entre eles e a obtenção de graus académicos que só à custa de muito trabalho e de muito merecimento se conquistam. Nomes de antigos alunos do Instituto são hoje citados, correntemente, em tratados e revistas de expansão e renome mundiais. [...] Assim é, também, que se desenvolveu a Genética, trazendo, através de especulações aparentemente de ciência pura, contribuições notáveis para a técnica do melhoramento da flora e da fauna económicas, constituindo um novo e fascinantes ramos de saber... »⁶².

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Instituto Camões (fundo J.E.N), processos referentes ao Laboratório de Tecnologia Agrícola Colonial do Instituto Superior de Agronomia: (AIC: 1212,25,00 e seguintes e (AIC: 1270, 20).

⁶² (MAYER, 1954: 6-7).

Referências bibliográficas referenciadas

- CABRAL, António Joaquim de Andrade (1934). *A "elaeis guineensis jacq"*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca.
- CAMPOS, Agostinho (1932). «Prefácio», *Feira de Amostras de Produtos Portugueses em Angola e Moçambique. Catálogo Oficial*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- CAMPOS, Agostinho (1935), *A Fé no Império*. Lisboa: [1ª Exposição Colonial Portuguesa] Tip. Ottografica.
- CAMPOS, Agostinho (1936). *A tradição colonial e política do Império. Conferência proferida na Academia das Ciências de Lisboa pelo ... Na tarde de 21 Março, 1936. Ciclo de conferências de Alta Cultura Colonial*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca / Agência Geral das Colónias.
- CORREIA, Maximino (1939), *Alguns passos da acção colonial do Prof. Doutor Luiz Carriso*. Sep. «Boletim da Sociedade Broteriana»: vol. XII.
- FERREIRA, Paula Cristina Bernardo (2003), *As grandes permanências civilizacionais agrícolas: a tradução das "Geórgicas" de Virgílio de Ruy Mayer – 1948*. Dissertação de Mestrado Literatura Comparada. Orientadores: Maria de Fátima Nunes / Christine Zurbach. Universidade de Évora.
- FITAS, A., Príncipe J. , Nunes, M.F./ Bustamante, C. (Eds.) (1912), *A actividade da Junta de Educação Nacional* (Colóquio 25/3/2011). Casal de Cambra [Lisboa]: Ed. Caleidoscópio
- FREIRE, L., Lains, P., Miranda, S. M. (2011), *História Económica de Portugal. 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1902). *Estudos Galactopoésicos. Da variabilidade da secreção galactogenica. Dissertação inaugural*. Coimbra: Typ Casa Minerva.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1912). *Instituições de Fomento Colonial Extranjeiras. Relatório de uma missão oficial*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1914). *Contribution pour l'étude des cotons des colonies portugaises. III Congrès International d'Agriculture Tropicale, Londres, 1914*. Lisbonne: Imprimerie Editora Limitada.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1934). *Sobre o futuro da palmeira-do-azeite das nossas colónias perante a concorrência das plantações do Oriente*, Separata da 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Porto: Tipografia Fonseca.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1935). *Breves considerações sobre a protecção da flora nas colónias. Tese apresentada ao 1º congresso de agricultura colonial. Porto 1934.*: Separata «Anais do Instituto Superior de Agronomia»: VII.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1936). *Breves considerações sobre a crise agrícola de S. Tomé e Príncipe*, Republica Portuguesa. Ministério das Colónias. Primeira Conferência do Império Colonial Português. Lisboa: Tip Cristovão Augusto Rodrigues.

- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo (1939). Sur l'amélioration de la qualité des Cacaos para la Suppression de la Fermentation Acétique. *Extrait des Anais do Instituto Superior de Agronomia*: X, Lisbonne.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Melo e Almeida, A. d' e Duarte, C. S. (1925). *Contribution à l'étude technologique des fruits dum bombax angulicarpum*, Sep. Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, Congreso de Coimbra:VI: Ciencias Naturales.
- LOPES, José Quintella Pessoa (1934). *Subsídios para o estudo dos cafés de Angola. Tese apresentada pelo agrónomo*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca.
- MARTINS, José P. Ferreira (1934a). *Café de «Novo Redondo» atacado pelo Stephanoderes Hawpei?*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca.
- MARTINS, José P. Ferreira (1934b). *Ensino Agrícola Colonial*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca.
- MAYER, Ruy (1916). *A Universidade Americana. O seu espírito; os seus methodos; influencia do meio na sua acção educativa. Conferência*. Lisboa: Sep. «Revista Agronómica».
- MAYER, Ruy (1924). *Relatório sobre um projecto de rega e drenagem e outros trabalhos de engenharia agrícola nos territórios da Companhia Colonial do Buzi*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MAYER, Ruy (1929). «A cultura dos cereais nos planaltos de Angola e Moçambique e os modernos métodos americanos na produção agrícola». *Boletim Geral das Colónias*: V -047: 111-481.
- MAYER, Ruy (1938). *Estabelecimento de silos para trigo em Portugal. Relatório apresentado à Federação Nacional dos Produtores de Trigo*. Lisboa: Tip. Soc. Tipográfica.
- MAYER, Ruy (1948). *As Geórgicas de Vergílio. Versão em prosa dos três primeiros livros e comentários de um agrónomo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. [coleção «Terra e o Homem»].
- MAYER, Ruy (1954). *Reflexões a propósito de um centenário*. Sep. Anais do Instituto Superior de Agronomia, vol. XX.
- MELLO, Lopo Vaz de Sampayo (1937). *Celebração do cinquentenário de Lourenço*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.
- MISSÃO Botânica. *Angola 1927-1937 (2005)* (Helena Freitas, Paulo Amaral, Alexandre Ramires, Fátima Sales, coordenação), Coimbra, Imprensa da Universidade.
- NOVA (1933) *(Uma) agricultura colonial intensiva e uma nova indústria. Breve ensaio sobre o valor económico da cultura da bananeira e da descascadora cortada para banana verde da S.C.I.P.A.T. Os actuais produtos desta companhia e os estudos a que está procedendo*. Lisboa: S.C.I.P.A.T.
- NUNES, Maria de Fátima (2009), O III Congresso Internacional de História da Ciência. Portugal, 1934. *Contextos científicos, contextos culturais e políticos*. In Caminhos de Cultura em Portugal (Coord. Fernando Machado). Braga: Ed. Húmus: 130-160.
- NUNES, Maria de Fátima (2012), Cientistas em acção: Congressos, Práticas Culturais e Científicas (1910-1949). In República, Universidade e Academia (Coord. Vítor Neto). Coimbra: Ed. Almedina: 291-311.

- NUNES, Maria de Fátima e Lopes, Quintino (2013), A Junta de Educação Nacional (1929/36): cultura e investigação científica. Portugal na Europa do século XX. In Espaços e actores da Ciência em Portugal (XVIII-XX) (Eds. F. Rollo, M.F. Nunes, I. Queiroz). Lisboa: CEHFCi /IHC/HetSci/ (in print).
- PORTO, Nuno (2005), «Luiz Carrisso e depois: museus, 'ciências coloniais' e a 'ocupação científica' das colónias», *Missão Botânica. Angola (1927-1937)* (Helena Freitas, Paulo Amaral, Alexandre Ramires, Fátima Sales, coordenação). Coimbra, Imprensa da Universidade: 126-155.
- PINA, Madalena E., Nunes, Maria Fátima (2012). «1906 e 1930: Congressos científicos na imprensa: análise comparativa (*working in progress*)», *A actividade da Junta de Educação Nacional* (Colóquio 25/3/2011) (Eds. A. Fitas, J. Príncipe, M.F. Nunes/ C. Bustamante). Casal de Cambra [Lisboa]: Ed. Caleidoscópio: 133-148.
- RIBEIRO, Estolano Dias (1934). *Sisal*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca
- ROLLO, M. F., Queiroz, M.I., Brandão, T., Salgueiro, A. (1912), *Ciência, cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação nacional ao Instituto Camões*, Lisboa: IN/CM.
- SANTOS, Manuel Pimentel Pereira dos (1948). *Missão do laboratório de ensaios na técnica colonial*. Porto: Tip. Invicta.
- SANTOS, Paulo Cavique dos (1934). *Os serviços de agricultura e o jardim colonial. Quais são, nas condições presentes, as ligações do Jardim com os Serviços de Agricultura das Colónias*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca.
- VASCONCELLOS, João de Carvalho e (1934). *Diretrizes a seguir no estudo da flora de Portugal Ultramarino*. Porto: Sep. 1ª Exposição Colonial Portuguesa / Primeiro Congresso de Agricultura Colonial, Tipografia Fonseca.